

Pesquisa aponta relação entre gravidez na adolescência e variáveis socioeconômicas e de atenção à saúde

A maior cobertura da rede de atenção à saúde e melhores condições socioeconômicas podem gerar impactos significativos na redução de gravidez entre adolescentes no Brasil. É o que aponta um estudo do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA), [publicado e premiado pela Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde \(RESS\)](#), periódico científico de referência na área de Vigilância em Saúde.

A pesquisa analisou dados coletados em 5.157 municípios brasileiros, no ano de 2014, acerca de mulheres com idade entre 15 e 19 anos. “Fatores como a cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF), proporção de adolescentes com número adequado de consultas de pré-natal e a baixa renda média familiar per capita apresentaram relação inversa com a taxa de fecundidade na adolescência”, explica Thiago Cardoso, pesquisador do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA.

Ainda segundo o pesquisador, a taxa de fecundidade na adolescência foi positivamente associada a indicadores municipais, como o índice de Gini (um instrumento capaz de medir o grau de concentração de renda em determinado grupo), densidade de moradores por domicílio, proporção da população de baixa renda e proporção de mães adolescentes com baixa escolaridade.

As informações sobre as gestantes adolescentes e o número de nascidos vivos foram extraídos do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) do Ministério da Saúde. Também foram analisados dados do prontuário eletrônico da Atenção Primária à Saúde (e-SUS APS), para coletar informações sobre a cobertura da ESF, e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para acessar as projeções de população e indicadores socioeconômicos para cada município.

O estudo reforça a importância do acompanhamento da Estratégia Saúde da Família, desde a articulação permanente da educação e da saúde na escola, até a fase do planejamento familiar. “A oferta de consultas de pré-natal às adolescentes gestantes e em número adequado pode atuar na melhora da vinculação das mulheres e suas famílias à ESF ou outra modalidade de atenção, bem como fortalecer a atuação dos agentes comunitários de saúde em seus territórios em virtude do melhor acesso e da maior vigilância da equipe, ajudando na redução da recorrência de gravidez na adolescência”, destaca o pesquisador.

Taxa de fecundidade por regiões

No Brasil, em 2014, a taxa bruta de fecundidade na adolescência foi de 65 casos para cada grupo de mil mulheres com idade entre 15 e 19 anos. No entanto, a concentração de gravidez na adolescência variou entre as diversas regiões do país.

No Norte, Centro-Oeste e Nordeste, particularmente em municípios com mais de 50 mil habitantes, as taxas superaram a média nacional, variando de 73 a 103 casos para cada grupo de mil mulheres na mesma faixa etária. Já nas regiões Sul e Sudeste, as taxas foram abaixo da média registrada no país (55/1 mil e 56/1 mil mulheres de 15 a 19 anos, respectivamente).

“Considerando-se a heterogeneidade municipal no país, as estratégias de intervenção devem ser multifacetadas, buscando-se proposições efetivas para a saúde e qualidade de vida das adolescentes. Além disso, é preciso uma especial atenção à manutenção/ampliação das políticas públicas de saúde e proteção social nas regiões mais socialmente vulneráveis, com vistas a minimizar as desigualdades regionais”, observa Thiago Cardoso.

Para o pesquisador, novos estudos são necessários para aprofundar a problemática da gravidez na adolescência, especialmente sobre o aborto, e que levem em consideração outras fontes de informações. “Nessa abordagem tratamos somente dados de nascidos vivos, ficando assim o fenômeno de gravidez adolescente com desfecho aborto silenciado, por falta de informações oficiais e que não puderam ser capturadas pela metodologia proposta”, observa.

Prêmio da RESS

O artigo, intitulado “Fatores associados à variação espacial da gravidez na adolescência no Brasil, 2014: estudo ecológico de agregados espaciais”, foi um dos vencedores da 11ª edição do Prêmio RESS Evidencia 2022, promovido pela Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde (RESS).

O artigo é produto da dissertação de mestrado de Thiago Cardoso, defendida em 2017, pelo programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do ISC/UFBA, e assinado em parceria com os pesquisadores Camila Teixeira, Marília dos Anjos, Greice Menezes, Maria da Conceição Costa (orientadora) e Marcio Natividade.

A premiação é concedida a autores de artigos publicados na RESS que contribuíram para o aprimoramento dos serviços de saúde na área de Vigilância em Saúde. Os estudos foram selecionados pelo comitê editorial da revista entre todas as publicações originais de 2021.

Para acessar a íntegra do artigo, [clique aqui](#).

Contato:

Assessoria de Comunicação - Instituto de Saúde Coletiva - UFBA

Jornalista responsável: Egberto Siqueira

(71) 98605-8219 / (75) 99105-6353

